

Sarney diz não temer denúncias de corrupção

25 SET 1969

Da sucursal de
BRASÍLIA

"O governo deve apoiar todas as iniciativas no sentido de esclarecer acusações de corrupção. Não tem sido outra a orientação de nossos líderes na Câmara e no Senado, apoiando CPIs e todas as providências solicitadas para que se possam esclarecer denúncias, até para que os acusados possam se defender."

A afirmação é do presidente do PDS, senador José Sarney, em entrevista à sucursal do *Estado* em Brasília, na qual admitiu o entendimento em torno da sucessão presidencial para a escolha de um candidato que, além de unir o PDS, tenha o respeito da Nação brasileira.

O senador maranhense não se alarmou com as acusações de corrupção que são feitas diariamente:

"A oposição está cumprindo seu papel. É esta sua função no regime democrático — exercer fiscalização. Como tal, tem-se comportado muito bem. Quando ela critica e questiona procedimentos, o governo se beneficia de tal vigilância. Cabe ao governo ser sensível a tais questionamentos, de modo a que se possa encontrar o justo equilíbrio das coisas. O difícil, no sistema democrático, é quando a oposição se encastela no regime de simples denúncias, com o desejo de demolir estruturas e não de ajudar a construir um caminho. A oposição brasileira, depois de haver cumprido certa etapa de imaturidade, face à própria existência do regime autoritário, assumiu suas responsabilidades que decorreram dos resultados das eleições de 15 de novembro".

Ele não acredita que as denúncias de corrupção e a crise sócio-económica afetem o processo de coordenação da sucessão pelo presidente João Figueiredo:

"As denúncias, que estão sendo feitas, fazem parte do processo da liberdade. É da tradição das idéias políticas do Ocidente o questionamento moral dos homens públicos. Isso vem desde o discurso de Péricles, documento fundamental das idéias políticas ocidentais. Quando a sociedade questiona a conduta moral dos governantes, é porque se sente livre, porque está viva. Não creio que isso possa prejudicar o processo, embora possam ser cometidas, às vezes, grandes injustiças."

Como os repórteres indagassesem se, em matéria de gravidade de crise, estavam em 1954 ou em 1964, Sarney reagiu:

"Não podemos ficar prisioneiros de datas com o que o processo político não teria realismo. O Brasil de hoje não é o de 54 ou de 64. É o de 1984".

O presidente do PDS admite que "a crise é grave, mas transitória. Aliás, se admitimos o conceito de crise, admitimos o de transitoriedade. O Brasil se acostumou à idéia de que nunca teria de superar crises. Vivemos muito tempo sob o signo do ufanismo. Mas o progresso é fruto de sacrifícios e de trabalho. E o Brasil toma consciência, dolorosamente, de que precisa enfrentar problemas: secas, enchentes, dificuldades econômicas. Por isso, vivemos uma crise nacional, nacional talvez por causa do desenvolvimento dos meios de comunicação. Temos de nos habituar a conviver com conflitos e a resolvê-los. Não podemos ficar temerosos diante do primeiro grande obstáculo".

Interpelado sobre se o processo que o ministro do Planejamento, Delfim Netto move contra o general Adyr Fiúza de Castro, que o acusou de corrupção, implica a fragmentação de forças revolucionárias, respondeu:

"A Revolução, como quadro organizado, desapareceu. Hoje sobrevive apenas nas idéias com que nas-

ceu. Gosto de lembrar que ela foi feita não para condenar valores democráticos e, sim, para viabilizar a realização mais perfeita desses valores. Desconheço a existência desse quadros. Eles não mais existem."

A consulta à sociedade sobre a sucessão presidencial não é exatamente idéia do vice-presidente Aureliano Chaves. Partiu do presidente João Figueiredo. Constitui desdobramento de seu projeto político, desde o discurso das mãos estendidas até a concessão da anistia, a realização de eleições. É uma idéia generosa — disse Sarney — e desejo nacional porque até bem pouco a Nação se apresentava dividida, o que é contrário à sua índole. No momento em que a abertura política rende seus frutos, assistindo-se à retomada das práticas democráticas, o clima deve ser de amplo entendimento".

Para o presidente do PDS, as consultas sobre sucessão deverão estender-se do PDS para outros partidos e outros segmentos sociais.

"É a vontade da nação, mesmo sabendo-se das dificuldades de um entendimento geral. Um candidato, saído de consultas amplas, do PDS, legitimaria o processo. Quando o presidente acentua a disposição de ouvir as mais amplas correntes, está demonstrando, outra vez, o desejo de pacificar a Nação. O candidato será do PDS, porque temos a maioria no colégio eleitoral".

"O presidente João Figueiredo tornou-se credor da Nação e do PDS ao promover a abertura política, com a anistia, a volta às eleições diretas de governador, o restabelecimento pleno da liberdade de imprensa, a reforma partidária e outras iniciativas. Não poderia ficar à margem do processo sucessório, tinha que coordená-lo, por esse motivo. Se não o fizesse, o processo acabaria atropelado e desordenado. Por isso, o PDS delegou-lhe a coordenação, o que não significa deva o partido renunciar ao direito de ser ouvido e de participar. O presidente bem compreendeu essa via de mão dupla. Ao aceitar a missão, disse que a executaria conjuntamente com o PDS", afirmou ainda Sarney.

"O processo sucessório tem que transitar pelo partido e ser uma escolha política. As dificuldades que possam estar ocorrendo fazem parte da política. Mas acredito que o presidente terá sucesso e conseguirá chegar ao final de sua coordenação com o PDS unido e com uma candidatura ao colégio eleitoral."

Uma candidatura única também à convenção nacional? — indagou um repórter.

"O presidente deve tentar por todos os meios encontrar um denominador comum para chegar à convenção nacional com um só nome, exprimindo a unidade do partido."

"Maluf, Aureliano e Andreazza são pré-candidatos. Estamos assistindo desenvolver-se o processo preliminar. Estão, os três, no terreno das aspirações, não no plano concreto das candidaturas — observou ainda — ponderando que nessa fase preliminar, aberta a quantos tenham aspiração, precisam ser esgotadas todas as possibilidades. A política não é imutável, muito pelo contrário. Até o imprevisível deve ser considerado. Mas a idéia continua a de se buscar a unidade do PDS através de um só candidato à convenção nacional."

Para Sarney, "a posição de candidato de Mário Andreazza deve ser colocada no campo subjetivo. Homem público de reconhecidos serviços prestados ao País, ele não é candidato por ser ministro. Sua bagagem fala por ele. Acresce que em eleições indiretas, inexiste campanhas amplas, daquelas que possam ser consideradas incompatíveis com o exercício de funções públicas".